

JOÃO MIRANDA

PROFESSOR DE DIREITO

JURISCONSULTO

ADVOGADO

CURRÍCULO

I

Dados Pessoais

JOÃO PEDRO OLIVEIRA DE MIRANDA

Nascido a 28 de Agosto de 1972

Natural de Lisboa

Estado Civil: Casado

Contactos profissionais: joaomiranda@fd.ulisboa.pt

jmiranda@falm.pt

217 224 200

II

Dados Curriculares

Ocupações atuais

- Docente Universitário
- Consultor Jurídico
- Advogado
- Árbitro do Centro de Arbitragem Administrativa e do Tribunal Arbitral do Desporto

Habilitações Académicas

- * Doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com uma tese subordinada ao tema «A função pública urbanística e o seu exercício por particulares», com a classificação de 18 (dezoito) valores, após provas públicas realizadas no dia 3 de Outubro de 2011.
- * Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com uma tese subordinada ao tema «A dinâmica jurídica do planeamento territorial – A alteração, a revisão e a suspensão dos planos», com a classificação de 18 (dezoito) valores, após provas públicas realizadas em 23 de Julho de 2001;
- * Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Menção de Ciências Jurídico-Políticas) (curso de 1990-1995), com a classificação de 15 (Quinze) valores.

III

Atividades

Docência

- Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, desde 4 de Outubro de 2011, com nomeação definitiva, lecionando na licenciatura as disciplinas de Direito Administrativo I, Direito Administrativo II, Contencioso Administrativo e Tributário, Direito do Urbanismo e Direito do Ambiente e no curso de mestrado científico as disciplinas de Direito Administrativo I e II, tendo como tema de seminário a matéria dos Direitos Reais Administrativos, e de Direito Internacional e Europeu do Ambiente, tendo como tema de seminário o Direito Internacional da Água, e no curso de mestrado profissionalizante as disciplinas de Contencioso Administrativo, de Direito Administrativo dos Bens e de Direito do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Património Cultural.
- Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, entre Julho de 2001 e Outubro de 2011, tendo lecionado na licenciatura de Direito as disciplinas de Direito do Ambiente, Direito Administrativo I, Direito Administrativo II, Direito Comunitário II (Contencioso Comunitário), Direito Público (Direito do Urbanismo), Direitos Fundamentais e Direito Internacional Público.
- Assistente Estagiário da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre Outubro de 1996 e Julho de 2001, tendo lecionado as disciplinas de Introdução ao Estudo do Direito, Direito Administrativo I, Direito Público (Direito do Urbanismo) e Direito Comunitário II.
- Monitor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no ano letivo de 1995/1996, tendo lecionado as disciplinas de Relações Económicas Internacionais e Direito Comunitário I.
- Cooordenador científico dos cursos de pós-graduação de Direito do Urbanismo e da Construção (anos letivos de 2011/2012 a 2014/2015), de Direito da Água (anos letivos de 2011/2012, 2013/2014 e 2015/2016), de Direito do Turismo (ano letivo de 2012/2013), de Direito dos Resíduos (ano letivo de 2012/2013), dos *workshops* de Acesso à Informação Administrativa no quadro dos Direitos Fundamentais (ano letivo de 2013/2014) e de Domínio Público e Domínio Privado da Administração Pública (ano letivo de 2015/2016), organizados pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, bem como dos cursos de pós-graduação de Direito e Finanças do Desporto (2013/2014 e 2014/2015) e de Contencioso Administrativo e Direito e Contencioso Tributário (ano letivo de 2015/2016), organizados conjuntamente pelo mesmo Instituto e pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal.
- Entre os anos letivos de 2002/2003 e 2007/2008, regeu, nos Cursos de Pós-Graduação de Ciências Jurídico-Urbanísticas e Ambientais (Vertente Urbanística) e de Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo, a disciplina de Direito e Política dos Solos e da Habitação.
- Coregente da disciplina de Reabilitação Urbana e Tutela dos Centros Históricos no Curso de Pós-Graduação de Direito das Autarquias Locais e do Urbanismo, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, entre os anos letivos de 2002/2003 e 2010/2011.
- Docente da disciplina de Direito Administrativo no Curso Superior e no Curso Complementar do Instituto Superior Naval de Guerra, entre os anos letivos de 1998/1999 e 2004/2005.
- Regente da disciplina de Direito nas licenciaturas de Arquitetura, Engenharia do Território e Engenharia do Ambiente no Instituto Superior Técnico, nos anos letivos de 2001/2002, 2002/2003 e 2003/2004, da disciplina de Direito do Urbanismo no Mestrado de Urbanística e Gestão do Território, na mesma instituição, nos anos letivos de 2003/2004 e

de 2004/2005 e da disciplina de Direito do Urbanismo e do Ordenamento do Território no Mestrado de Urbanismo e Ordenamento do Território, no ano letivo de 2014/2015.

- Regente do seminário de Direito da Água do Mestrado em Direito (especialização em Direito Administrativo) na Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, nos anos letivos de 2013/2014 a 2015/2016.
- Coregente da disciplina de Direito do Urbanismo na licenciatura de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no ano letivo de 2003/2004.
- Orientador de diversas teses de mestrado e de doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde tem participado em vários júris de doutoramento e de mestrado, nomeadamente na qualidade de arguente, desde outubro de 2011.

Investigação científica

- Investigador Principal do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, integrado na Grupo de Investigação de Direito Administrativo, sendo coordenador do projeto de investigação “Os serviços públicos de águas e de resíduos” e membro do projeto de investigação “A regularização das áreas urbanas de génese ilegal”.

Advocacia e consultoria jurídica

- Desde Abril de 2002, exerce advocacia, especialmente nas áreas do Direito Administrativo, Direito do Urbanismo e Direito do Ambiente, sendo presentemente Associado da Sociedade de Advogados FALM - Ferreira de Almeida e Luciano Marcos & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
- Coordenador da equipa responsável pela elaboração da legislação de planeamento territorial de Timor-Leste, após escolha através de concurso público internacional.
- Entre 2011 e 2013, foi membro da Comissão criada pelo Governo que foi encarregada da elaboração de Anteprojeto de Lei de Bases do Solo, do Ordenamento do Território e do Urbanismo e que foi presidida pelo Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva.
- Participação na elaboração das normas de instrumentos de planeamento territorial e ambiental em equipas interdisciplinares, desde Abril de 2002.
- Entre Setembro de 2005 e Junho de 2012, foi vogal da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, designado pelo Governo.
- Entre Junho de 2006 e Dezembro de 2007 participou, na qualidade de representante do Estado português, no Grupo de Peritos que funcionou junto do Comité de Direitos do Homem do Conselho da Europa e que foi responsável pela elaboração da Convenção Europeia sobre acesso aos documentos públicos.

- Adjunto de Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XIII Governo Constitucional, entre Novembro de 1997 e Outubro de 1999, tendo desempenhado funções de acompanhamento do processo legislativo governamental.
- Assessor do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza do XIV Governo Constitucional de Dezembro de 1999 a Abril de 2002, tendo desempenhado funções em matéria de política e produção legislativa, preparação da aprovação ou ratificação de instrumentos de gestão territorial e acompanhamento de processos de contencioso jurídico.
- Adjunto de Gabinete do Ministro da Presidência do XVII Governo Constitucional entre Março e Outubro de 2006.
- Conclusão do estágio de Advocacia em Outubro de 1997, com a classificação de Muito Bom na Prova de Agregação.

Outros aspetos curriculares

- Membro Especialista do Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, desde janeiro de 2016.
- Membro efetivo do Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, desde outubro de 2011 até novembro de 2015 e membro suplente do Conselho Científico da mesma instituição desde novembro de 2011 até à atualidade..
- Membro da Comissão de elaboração do regime jurídico das fundações de direito público e de direito privado, presidida pelo Prof. Doutor Rui de Alarcão, em representação do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XIII Governo Constitucional.
- Lecionação nos cursos de pós-graduação de Direito do Ambiente e do Urbanismo, de Direito do Urbanismo e da Construção, de Direito do Turismo, de Direito do Trabalho, de Direito da Energia, de Direito do Arrendamento Urbano, de Contencioso Administrativo e de Direito dos Contratos Públicos e de Acesso ao Notariado, Direito da Defesa Nacional e Direito Marítimo e Portuário da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Membro da Assembleia de Representantes (ano letivo de 1991/1992 em representação dos estudantes) e do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (anos letivos de 1992/1993 e 1994/1995 em representação dos estudantes e anos letivos 1999/2000 e 2000/2001 em representação dos docentes).
- Membro do Conselho de Escola da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, eleito em dezembro de 2013, mandato a que teve de renunciar por incompatibilidade em janeiro de 2014 por ter entretanto sido eleito membro do Conselho Académico da mesma instituição.
- Vogal da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, responsável pelo Pelouro da Cultura, no mandato de 1993/1997.

Trabalhos publicados

- «Intimação judicial para emissão de alvará de licença de construção (anotação ao Acórdão do STA – 1.ª Secção, de 27-2-97, Proc. n.º 41 563)», in Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente, n.º 8, 1997, pp. 125 e ss.
- «As relações entre planos territoriais – Alguns problemas», in Revista Jurídica, n.º 22, Março de 1998.
- «Em defesa da inconstitucionalidade do recurso hierárquico necessário», Anotação ao Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 15 de Janeiro de 1997, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 9, 1998, pp. 39 e ss.
- «O papel da Assembleia da República na construção europeia», Coimbra Editora, Coimbra, 2000.
- «Alterações no decurso do procedimento de formação do Plano director municipal e protecção da confiança», Anotação ao Ac. do STA – 1.ª Secção, de 23 de Fevereiro de 1999, Proc. n.º 44 087, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 20, 2000, pp. 28 e ss.
- «Da recorribilidade do acto de indeferimento do pedido de alteração de pormenor ao PUCS», Anotação ao Ac. do STA – Pleno da 1.ª Secção, de 29 de Junho de 2000, Proc. n.º 40 971, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 26, pp. 44 e ss.
- «A dinâmica jurídica do planeamento territorial. A alteração, a revisão e a suspensão dos planos», Coimbra Editora, Coimbra, 2002.
- «O meu caderno verde. Trabalhos práticos de Direito do Ambiente», AAFDL, Lisboa, 1.ª Edição (2002), 2.ª edição (2005), 3.ª edição (2015), (em co-autoria).
- «Construção em altura e planeamento territorial – uma perspectiva jurídica», in Estudos jurídicos e económicos em homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco, Volume II, Coimbra, 2006, pp. 355 e ss.
- «O papel dos particulares na execução dos planos territoriais – uma breve abordagem à luz do direito português», in Revista de Derecho de la Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, 2006, pp. 497 e ss.
- «Património cultural e património ambiental», in Direito do Património Cultural e Ambiental, Sintra, 2006, pp. 83 e ss.
- «Da conformidade da declaração de utilidade pública de expropriação com Plano Director Municipal, Anotação ao Ac. do STA de 18 de Maio de 2004, Proc. n.º 47 693, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 61, 2007, pp. 14 e ss.
- «A ordem de reversão no processo de execução fiscal contra administradores e gerentes de sociedades: acto inserido em processo judicial ou em procedimento administrativo executivo? – Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 160/07, de 6 de Março de 2007», in Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, n.º 2, 2008, pp. 229 e ss.

- «O acesso à informação administrativa não procedimental das entidades privadas», in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia, obra colectiva, Coimbra, 2010.
- «Âmbito dos poderes de controlo governamental no acto de ratificação de planos urbanísticos» – Anotação ao Acórdão do STA de 4 de Junho de 2004, Proc. n.º 797/05, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 89, 2011.
- «A função pública urbanística e o seu exercício por particulares», Coimbra, 2012.
- «Da admissibilidade de realização de uma pluralidade de operações urbanísticas numa unidade de execução», in Direito Regional e Local, n.º 20, 2012, pp. 27 e ss.
- «A titularidade e a administração do domínio público hídrico por entidades públicas», in Direito da Água, obra coletiva organizada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013, pp. 157 e ss.
- «A reforma do governo do território em tempo de crise», in *A crise e o Direito Público. VI Encontro de Professores de Direito Público*, obra coletiva, Lisboa, 2013, pp. 191 e ss.
- «A colaboração dos privados na tarefa pública urbanística”, in *Bem comum. Público e/ou Privado?*», obra coletiva, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2013, pp. 323 e ss.
- «A repartição do ónus da prova nas ações de responsabilidade civil por acidentes de viação em autoestradas concessionadas» – Anotação ao Ac. do STJ de 14.3.2013, Proc. n.º 201/06.8TBFAL.E1.S1, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 105, 2014, pp. 13 e ss.
- «Garantias do direito ao exclusivo dos concessionários da atividade de recolha e triagem de resíduos urbanos», (em coautoria), in *Direito dos Resíduos*, obra coletiva, Lisboa, 2014 pp. 357 e ss.
- «Dossier Nova Lei de Bases do Solo, do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio)», em coautoria com os Profs. Doutores Vasco Pereira da Silva, Fernanda Paula Oliveira, Henrique Sousa Antunes, Carlos Baptista Lobo e Claudio Monteiro e com o Mestre André Salgado de Matos, junho de 2014, disponível para consulta em <http://e-publica.pt/>.
- «A comunicação prévia no novo Código do Procedimento Administrativo», in *Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo*, obra coletiva, Lisboa, 2015, pp. 495 e ss.
- «A proteção dos proprietários na alteração da licença de operação de loteamento à luz da mais recente modificação do RJUE», (em coautoria com Sandra Guerreiro), in *Questões Atuais de Direito Local*, n.º 5, janeiro/março de 2015, pp. 43 e ss.
- «Direito do Urbanismo. Elementos de Estudo», AAFDL, Lisboa, 2015.
- «Renúncia coletiva ao mandato autárquico e funcionamento do órgão executivo até às eleições intercalares», in *Questões Atuais de Direito Local*, n.º 9, janeiro/março de 2016, pp. 59 e ss.

- «Para onde vai o Direito da Água», in Políticas Públicas da Água, obra coletiva, Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, Lisboa, 2016, pp. 101 e ss.
- «Estudos de Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo», no prelo.

Lisboa, 26 de outubro de 2016

João Pedro Oliveira de Miranda